

A APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO COMO PARTE DOS PROCESSOS DE (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DE ALUNOS MIGRANTES, EM CAMPO GRANDE, MS

Gabriella Carvalho Lanzarini

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Sanches Silva

Arguidora: Prof^ª. Dr^ª. Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros

Os processos migratórios e seus complexos desdobramentos apresentam relevância para discussões e problematizações em muitas nações, já há muito tempo. Nos últimos anos, porém, houve um aumento do fluxo migratório para o Brasil, fazendo surgir, assim, a necessidade de investigação desse contexto, em relação aos sujeitos envolvidos nesse processo e sua inserção no país. Um dos conceitos utilizados na investigação do contexto de migrações e também deste trabalho é o de territorialização. Segundo Bizon (2013), a territorialização apresenta-se como um processo de apropriação ou dominação de um território, sendo esse não necessariamente material, mas também simbólico. Para Haesbaert (2004), é importante também a ideia de apropriação de espaços de forma não só material, mas simbólica, pois assim as marcas do sujeito que se territorializa são deixadas naquele espaço. Dessa forma, para o autor, as relações de poder são intrínsecas à territorialização, pois existem atores sociais exercendo papéis de apropriação e dominação de diferentes territórios, materiais ou simbólicos. É possível acontecer, portanto, a chamada desterritorialização, ou seja, a territorialização forçada, quando o território de uma pessoa é definido por outrem – seja Estado, grupos majoritarizados, instituições, entre outros. Como forma de resistência à desterritorialização de migrantes, surge então o processo de reterritorialização (BIZON & DANGIÓ, 2018), para que não continuem desterritorializados, mesmo ocupando um espaço geográfico, ou seja, estando no país. Isto posto, o objetivo desta pesquisa é entender como se configuram os processos de territorialização e reterritorialização de alunos migrantes em Campo Grande, MS, tendo em face a aprendizagem de português como língua de acolhimento - PLAc. Autores como Lopes (2018) afirmam que a aprendizagem de PLAc pode caracterizar-se como um ativo, ou seja, um recurso material ou imaterial que pode ser utilizado pelos migrantes para combater fatores de vulnerabilidade – aqui vistos como processos de desterritorialização.

Segundo Bizon (2013), os contextos em que as histórias dos migrantes se constroem são complexos e multifacetados. A importância deste trabalho se justifica, portanto, por haver a necessidade de descortinar esses contextos, problematizando-os, para entendê-los e transformá-los. São Bernardo & Barbosa (2018) afirmam que a maioria das ações para o acolhimento de migrantes que chegam ao país são desenvolvidas pela sociedade civil, em forma de voluntariado, além de organizações como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Nesse mesmo sentido, Amado (2013) aponta a existência de um grande hiato em relação ao trabalho e à pesquisa em PLAc no Brasil, já que os governos ainda não dão a devida atenção a essa problemática, sendo, portanto, papel das universidades preencher essas lacunas, o que também justifica a relevância deste trabalho. Além disso, como um trabalho inserido na subárea da Linguística Aplicada, este trabalho busca dar voz a sujeitos colocados à margem, construindo assim novas narrativas. Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa de natureza qualitativa de tipo interpretativista. Para o registro dos dados utilizados, foi aplicado um questionário aos alunos migrantes do curso de português para estrangeiros, executado pelo NEPPE-UEMS, Núcleo de Estudos e Pesquisa em Português para Estrangeiros, que faz parte do programa UEMS ACOLHE. O questionário foi respondido por alunos de turmas de aulas remotas, criadas neste semestre, devido à suspensão das aulas presenciais do curso, por conta da pandemia do novo coronavírus. Os participantes pertencem a turmas de três níveis, sendo eles, nível básico, nível intermediário e nível avançado. A partir da análise deste questionário, que ainda está em processo, pretende-se aplicar um novo instrumento de pesquisa, a entrevista, para que dados mais específicos possam ser registrados.

REFERÊNCIAS

AMADO, R. de S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista da SIPLE**, Brasília, ano 4, n. 2, out 2013.

BIZON, A. C. C. **Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G**: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização. Campinas, SP: [s. n.], 2013.

BIZON, A. C. C; DANGIÓ, G. V. Vozes do programa emergencial Pró-Haiti: Narrativas de racialização do “ser haitiano”. In: BIZON, A. C. C & DINIZ, L. R. A.

(Org.). Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. **Revista X**, Curitiba, volume 1, n 1, p. 168-191, 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

LOPEZ, A. P. de A. A aprendizagem de Português por imigrantes deslocados forçados no Brasil: uma obrigação? In: BIZON, A. C. C & DINIZ, L. R. A. (Org.). Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. **Revista X**, Curitiba, volume 1, n 1, p. 9-34, 2018.

SÃO BERNARDO, M. A. de; BARBOSA, L. M. A. Ensino de português como língua de acolhimento: experiência em um curso de português para imigrantes e refugiados(as) no Brasil. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, volume 10, n. 1, p. 475-493, jan./jun. 2018.